

Demonstrações contábeis

Ijuí Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,
1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Ijuí Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ijuí Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 28 de fevereiro de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

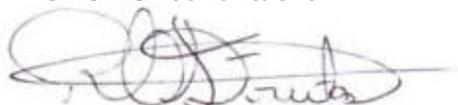
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
CRC 1SP214160/O-5

Ijuí Energia S.A.
Balanço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante		47.519	48.834
Caixa e equivalentes de caixa	4	27.740	28.678
Investimentos de curto prazo	5	8.242	-
Títulos e valores mobiliários	6	-	9.363
Contas a receber de clientes	7	10.086	8.792
Despesas pagas antecipadamente	8	1.346	1.961
Tributos e contribuições sociais a compensar	9	16	16
Outros ativos		89	24
Não circulante		403.563	399.219
Títulos e valores mobiliários	6	7.088	-
Tributos e contribuições sociais a compensar	9	5.618	5.618
Depósitos judiciais	10	4.325	2.083
Despesas pagas antecipadamente	8	-	979
Outros ativos		848	265
Imobilizado	11	384.280	388.797
Intangível	12	1.404	1.477
Total do ativo		451.082	448.053
	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante		29.352	30.898
Fornecedores	13	796	1.535
Empréstimos e financiamentos	14	13.661	13.656
Arrendamentos		82	-
Salários e férias a pagar		431	309
Tributos e contribuições sociais a recolher	15	2.030	1.756
Dividendos declarados	22.1	5.274	10.683
Uso do bem público	12	332	303
Provisões para gastos ambientais	16	725	745
Provisões passivo pre-operacional		4.169	
Encargos setoriais		1.852	1.911
Não circulante		92.787	105.141
Empréstimos e financiamentos	14	89.778	102.763
Arrendamentos		232	-
Uso do bem público	12	2.682	2.378
Provisões para contingências	17	95	-
Patrimônio líquido	18	328.943	312.014
Capital social		298.936	298.936
Reservas de lucros		30.007	13.078
Passivo e patrimônio líquido		451.082	448.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ijuí Energia S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	19	63.411	59.049
Custos operacionais			
Custos dos serviços prestados		(12.886)	(11.687)
Compra de energia elétrica		(3.069)	(3.563)
Depreciação e amortização		(11.201)	(11.183)
Utilização do bem público - UBP		(72)	(70)
	20	(27.228)	(26.503)
Lucro bruto		36.183	32.546
(Despesas) Receitas operacionais			
Administrativas e gerais		(873)	(988)
Depreciação e amortização		(110)	(42)
Pessoal		(1.546)	(1.183)
Honorários da diretoria e conselho de administração	22.3	(192)	(502)
Outras receitas		35	80
	20	(2.686)	(2.635)
Lucro antes do resultado financeiro		33.497	29.911
Despesas financeiras	21	(10.606)	(12.720)
Receitas financeiras	21	2.029	1.852
		(8.577)	(10.868)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		24.920	19.043
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(2.717)	(2.514)
Lucro líquido do exercício		22.203	16.529

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ijuí Energia S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	22.203	16.529
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	22.203	16.529

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ijuí Energia S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Lucro (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	298.936	474	6.757	-	306.167
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.529	16.529
Reserva legal	-	827	-	(827)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(3.925)	(3.925)
Dividendos adicionais propostos excedentes ao mínimo obrigatório	-	-	(6.757)	-	(6.757)
Transferência para reserva de lucros	-	-	11.777	(11.777)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	298.936	1.301	11.777	-	312.014
Lucro líquido do exercício	-	-	-	22.203	22.203
Reserva legal	-	1.110	-	(1.110)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(5.274)	(5.274)
Transferência para reserva de lucros	-	-	15.819	(15.819)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	298.936	2.411	27.596	-	328.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ijuí Energia S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		24.920	19.043
Itens que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	10 e 11	11.383	11.295
Repactuação do risco hidrológico		1.959	1.959
Encargos de dívidas	14	10.023	11.753
Encargos de dívidas arrendamentos		31	-
Outras variações monetárias líquidas		479	549
Receita de aplicações financeiras		(394)	(542)
Outras receitas		-	(79)
Baixa de ativos	10	-	427
Provisões para contingências		95	-
		48.496	44.405
(Aumento) redução no ativo			
Contas a receber de clientes		(1.294)	(705)
Tributos e contribuições sociais a compensar		(378)	(253)
Depositos judiciais		(4.161)	-
Outros ativos circulantes e não circulante		(1.011)	(210)
		(6.844)	(1.168)
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		(739)	(991)
Encargos setoriais		109	433
Salários, férias e encargos sociais		122	91
Tributos e contribuições sociais a recolher		203	135
Provisões para gastos ambientais		(20)	(154)
Outros passivos circulantes e não circulantes		(314)	(727)
		(639)	(1.213)
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro			
		(2.235)	(1.914)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
		38.778	40.110
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgates em títulos e valores mobiliários		3.156	28
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(520)	-
Resgates em investimento de curto prazo		76	-
Aplicações em investimento de curto prazo		(8.318)	-
Adições no imobilizado	10	(304)	(484)
Adições no intangível	11	(12)	(109)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos			
		(5.922)	(565)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamentos de dividendos		(10.684)	(2.252)
Amortização de principal arrendamentos		(75)	-
Amortização de juros de arrendamentos		(32)	-
Amortização de principal do financiamento		(13.293)	(13.212)
Amortização de juros do financiamento		(9.710)	(11.018)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos			
		(33.794)	(26.482)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa			
		(938)	13.063
Demonstração do aumento líquido no caixa e equivalente de caixa			
Saldo no início do exercício	4	28.678	15.615
Saldo no final do exercício	4	27.740	28.678
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa			
		(938)	13.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações gerais

A Ijuí Energia S/A (“Companhia” ou “Ijuí”) é uma “SPE - Sociedade de Propósito Específico”, com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1996 - 16º andar - Vila Olímpia - na cidade de São Paulo - SP, e tem por objeto explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Ijuí, municípios de Rolador e Salvador das Missões no Rio Grande do Sul, denominado Usina Hidrelétrica São José, bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora; e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

O Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 1.369 de 28 de março de 2011, liberou a unidade geradora UG1, de 25.500 kW de capacidade instalada da UHE São José, para início da operação comercial a partir de 29 de março de 2011, quando a energia produzida pela unidade geradora passou à estar disponível ao sistema. Em 03 de junho de 2011, por meio do Despacho nº 2.369, foi liberada a unidade geradora UG2, de 25.500 kW de capacidade instalada, para início da operação comercial a partir de 04 de junho de 2011, quando a energia produzida pela unidade geradora passou à estar disponível ao sistema.

O Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 006/2006-MME-UHE SÃO JOSÉ, datado de 15 de agosto de 2006, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL outorgou à Companhia, a concessão de Serviço de Geração de Energia Elétrica, pelo prazo de 35 anos (até 14 de agosto de 2041), que consiste na exploração do potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Ijuí e com potência instalada mínima de 51 MW, sem previsão atual na legislação de prorrogação.

O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 28 de fevereiro de 2020.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Nota 6 - Contas a receber de clientes: registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Nota 15 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2019 as normas abaixo:

(A) ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: Não há efeitos materiais nas demonstrações contábeis.

(B) CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

(i) Políticas contábeis

A Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2019 um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento, aluguel, entre outros. O ativo de direito de uso foi mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do ativo e passivo de arrendamento. A depreciação é calculada e registrada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

(ii) Efeitos da transição

A Companhia aplica o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva simplificada. Esta abordagem não impacta lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial. A taxa aplicada foi de 9,26% a.a.

(iii) Impactos da adoção inicial e nas demonstrações contábeis do exercício

A Companhia aplicou a CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019 para os contratos de arrendamento vigentes na data de adoção e os novos contratos, e utilizou os seguintes expedientes práticos previstos na norma para a isenção do reconhecimento de um arrendamento: (i) arrendamentos de curto prazo (vigência de até 12 meses); (ii) itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado inferior a US\$ 5 mil); e (iii) pagamentos variáveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu inicialmente R\$ 388 de contratos de arrendamentos. Para fins de mensuração subsequente, foram registrados R\$ 87 de depreciação do direito de uso e R\$ 31 de despesas financeiras.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, VJORA ou VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao VJR ou derivativos designados como instrumentos de hedge. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados

pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativo Financeiro

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações

prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC). A Companhia possui apenas uma UGC.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

3.5 Intangível

Software: o ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação - LI (06 de novembro de 2009), a valor presente, e a contrapartida na conta de Uso do bem público no passivo. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

3.6 Tributação

Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

-Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e

-Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos das receitas de vendas, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

3.7 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia têm a obrigação de aplicar 0,40% da Receita operacional líquida ajustada, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC e baixados conforme realização dos projetos.

3.8 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

A Companhia, em conformidade com a Lei 9427.1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia.

3.9 Receita

Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado o limite de 100% da garantia física, equivalente a 30,4 MW médios, cujo o preço médio de venda atualizado em dezembro de 2019 é de R\$ 237,64 MH/h (R\$ 224,54 em 2018), reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 35 anos contados a partir de agosto de 2006.

(ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida de pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE (Método de Realocação de Energia), é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

3.10 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros.

3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa:			
Fundo fixo	-	4	4
Banco conta movimento	-	5	10
Aplicações financeiras automáticas	Até 2,00 % do CDI	3.469	1.612
Certificados de depósitos bancários	98,62% do CDI	24.262	27.052
		<u>27.740</u>	<u>28.678</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. Os Certificados de Depósitos Bancários – CDB são realizados com instituições do mercado financeiro nacional e possuem liquidez imediata.

5 Investimentos de curto prazo

	31/12/2019	31/12/2018
Investimentos de curto prazo		
Fundo de Investimento - FI Energia	8.242	-
	<u>8.242</u>	<u>-</u>

As aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo referem-se ao Fundo Exclusivo FI – Energia, mensuradas ao valor justo por meio do resultado, e são remunerados em média por 99,64% do CDI em 31 de dezembro de 2019.

6 Títulos e valores mobiliários

Instituição	Remuneração	31/12/2019	31/12/2018
BNDES	De 90% até 97% do CDI	7.088	9.363
		<u>7.088</u>	<u>9.363</u>

Referem-se à constituição de conta reserva definida no contrato de empréstimo da Companhia com o BNDES. Esta conta consiste na obrigação de manter, no mínimo, três prestações do financiamento retidas.

A Administração da Companhia optou em vincular o saldo da conta reserva a investimento em aplicação financeira TRUSTEE, tendo como característica o baixo risco de crédito, referenciado em DI, no qual o rendimento consiste na variação de cotas mensais com remuneração variável.

7 Contas a receber de clientes

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante		
Suprimento de energia elétrica	7.281	7.087
Liquidação positiva CCEE	2.805	1.705
	10.086	8.792

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

8 Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante		
Prêmio de seguros - diversos	367	2
Prêmio de seguros - risco hidrológico	979	1.959
	1.346	1.961
Ativo não circulante		
Prêmio de seguros - risco hidrológico	-	979
	1.346	2.940

Em 28 de dezembro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL o interesse pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 100. Em 07 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE São José.

O registro inicial (R\$ 8.817 data base de dezembro de 2015) consistiu na criação de uma despesa antecipada em contrapartida à redução do custo de energia comprada para revenda no resultado, a ser apropriada em 4 anos e 6 meses contados a partir de janeiro de 2016.

A partir de janeiro de 2016 ocorre mensalmente a amortização linear deste custo de energia comprada. O saldo do montante repactuado líquido de amortização na data de 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 979 (R\$ 2.938 em 31 de dezembro de 2018).

9 Tributos e contribuições sociais a compensar

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante		
Outros	16	16
	16	16
Ativo não circulante		
IRRF	3.187	3.187
PIS	439	439
COFINS	1.992	1.992
	5.618	5.618

10 Depósitos judiciais

	31/12/2019	31/12/2018
Natureza dos depósitos judiciais		
Trabalhistas	-	9
Cíveis	4.325	155
Desapropriações	-	1.919
	4.325	2.083

Em 2019 a Companhia transferiu o saldo de R\$ 1.919 referentes a desapropriações para o ativo imobilizado.

11 Imobilizado

A composição e movimentação do custo do imobilizado e da depreciação é a seguinte:

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferência para Intangível	Outros	31/12/2018	Adições	Transferências	31/12/2019
Em serviço										
Terrenos	-	28.835	9	-	-	-	28.844	-	-	28.844
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	199.143	219	-	-	-	199.362	17	-	199.379
Edificações, Obras Cíveis e Benefeitorias	2%	10.883	-	-	-	-	10.883	-	-	10.883
Máquinas e Equipamentos	3%	205.260	244	-	-	-	205.504	275	-	205.779
Veículos	14%	70	-	-	-	-	70	-	12	82
Móveis e Utensílios	5%	75	12	-	-	-	87	2	(12)	77
Direito de Uso sobre Arrendamento	9%	-	-	-	-	-	-	389	-	389
Em curso		32.935	-	(427)	(19)	(1.562)	30.927	4.179	1.919	37.025
Total do custo do imobilizado		477.201	484	(427)	(19)	(1.562)	475.677	4.862	1.919	482.458
Depreciação										
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(30.377)	(4.448)	-	-	-	(34.825)	(4.451)	-	(39.276)
Edificações, Obras Cíveis e Benefeitorias		(1.683)	(251)	-	-	-	(1.934)	(250)	-	(2.184)
Máquinas e Equipamentos		(43.554)	(6.491)	-	-	-	(50.045)	(6.494)	-	(56.539)
Veículos		(39)	(10)	-	-	-	(49)	(12)	-	(61)
Móveis e Utensílios		(22)	(5)	-	-	-	(27)	(5)	-	(32)
Direito de Uso sobre Arrendamento		-	-	-	-	-	-	(86)	-	(86)
Total da depreciação		(75.675)	(11.205)	-	-	-	(86.880)	(11.298)	-	(98.178)
Total do imobilizado líquido		401.526	(10.721)	(427)	(19)	(1.562)	388.797	(6.436)	1.919	384.280

Em 2019 a Companhia transferiu o saldo de R\$ 1.919 referentes a desapropriações para o ativo imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não identificou indicativos de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado.

12 Intangível

A composição e movimentação do custo do intangível e da amortização é a seguinte:

	Taxa média anual de amortização	31/12/2017	Adições	Transferência do Imobilizado	31/12/2018	Adições	31/12/2019
Em serviço							
Serviço	-	155	102	19	276	-	276
Software	20%	124	7	-	131	12	143
Outros intangíveis	6%	102	-	-	102	-	102
Uso do bem público - UBP	3%	1.986	-	-	1.986	-	1.986
Total do custo do intangível		2.367	109	19	2.495	12	2.507
Amortização							
Software		(10)	(5)	-	(15)	(7)	(22)
Outros intangíveis		(67)	(21)	-	(88)	(13)	(101)
Uso do bem público - UBP		(851)	(64)	-	(915)	(65)	(980)
Total da amortização		(928)	(90)	-	(1.018)	(85)	(1.103)
Total do intangível líquido		1.439	19	19	1.477	(73)	1.404

O montante registrado como “Uso do bem público” refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, ao valor estabelecido em contrato de concessão, mensurado pelo custo histórico, descontado a valor presente para fins de reconhecimento inicial. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

Passivo relacionado ao Uso do bem público

	2017	Atualização Monetária	Pagamentos	Transferência	2018	Atualização Monetária	Pagamentos	Transferência	2019
Passivo circulante	294	-	(301)	310	303	-	(314)	343	332
Passivo não circulante	2.250	438	-	(310)	2.378	647	-	(343)	2.682
Total	2.544				2.681				3.014

Em relação a obrigação de uso do bem público, conforme estabelecido no contrato de concessão, refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, pelo qual a companhia recolherá as parcelas mensais a serem recolhidas à União, equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual de R\$ 214 (valor original previsto em agosto de 2010, atualizado anualmente pelo IPCA) até o 35º ano da concessão.

13 Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Materiais e serviços	476	586
Retenção contratual	320	252
Liquidação negativa CCEE	-	274
Compra de energia - partes relacionadas	-	423
	796	1.535

14 Empréstimos e financiamentos

(a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não circulante - Principal	
			Encargos	Principal	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
BNDES	15/09/2027	TJLP + 3,17%	360	13.301	13.661	13.656	89.778	102.763

O financiamento junto ao BNDES teve como finalidade a construção da Usina Hidrelétrica São José, assim como a implantação da linha de transmissão para conexão do Sistema Interligado Nacional da Usina Hidrelétrica São José. Tem como garantia o penhor de ações da Alupar Investimento S.A. na Ijuí Energia S.A., penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão e penhor dos direitos de crédito e Garantia - reserva de meios de pagamento (CCVE – Contratos de compra e venda de energia, CCEAR – Contratos de compra de energia no ambiente regulado, e outras).

O contrato de financiamento foi assinado em 9 de abril de 2008, e os recursos relacionados a este financiamento foram liberados pelo BNDES entre o período de fevereiro de 2009 a outubro de 2010. Este contrato de financiamento possuía as seguintes condições contratuais iniciais:

remuneração pela TJLP acrescido de juros de 3,13% ao ano, e amortização do principal e encargos em 192 parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira em 15 de agosto de 2010.

Adicionalmente, foram efetuados três aditivos contratuais, relacionados abaixo:

1. aditivo contratual ocorrido em 02 de junho de 2009: inclusão do acionista FI-FGTS como interveniente no contrato de financiamento.
2. aditivo contratual ocorrido em 12 de julho de 2010: alteração da conta centralizadora a ser utilizada para liquidação do financiamento.
3. aditivo contratual ocorrido em 16 de novembro de 2010: alteração da taxa de juros e prazo de vencimento, ou seja, o spread do financiamento passou a ser de 3,17% ao ano, e o vencimento da primeira parcela do principal e encargos passou a ser em 15 de outubro de 2011. As quantidades de parcelas de amortização não foram alteradas, sendo o vencimento final deste contrato em 15 de setembro de 2027.

A Companhia possui os seguintes *covenants* estabelecidos em seu contrato de financiamento, apurados anualmente:

Índice de capitalização $\geq 25\%$

Índice de cobertura de serviço da dívida $\geq 1,2$

Em 31 de dezembro de 2019 a companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

- (b) As movimentações de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2017	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2018	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2019
Moeda nacional									
BNDDES	128.896	11.753	(13.212)	(11.018)	116.419	10.023	(13.293)	(9.710)	103.439

- (c) As parcelas relativas ao financiamento atualmente classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Dívida Total
13.300	13.300	13.300	13.300	13.300	23.278	89.778

15 Impostos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2019	31/12/2018
Tributos e contribuições sociais a recolher		
Impostos de Renda sobre o Lucro Líquido - IRPJ	527	497
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	357	316
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	163	123
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	573	446
Retenções - Lei 10.833 PIS, COFINS e CSLL	235	244
Outros	175	130
	2.030	1.756

16 Provisões para gastos ambientais

	31/12/2017	Pagamentos	31/12/2018	Pagamentos	31/12/2019
Passivo circulante	899	(154)	745	(20)	725

Como parte do processo de licenciamento, a Companhia é obrigada a realizar investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades. A contrapartida dessas obrigações foram registradas no ativo imobilizado.

17 Provisões para contingências

A Administração realiza o cálculo dos valores a serem provisionados tomando como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento da administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas avaliadas como perda provável.

A Administração da Companhia leva em consideração, para divulgação em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perda seja remota.

- (a) **Perda provável:** a Companhia figura como parte em demandas com probabilidade provável de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam consideradas relevantes para os negócios, a saber:
- (i) **Demandas trabalhistas:** atualmente existem dois processos (não haviam processos dessa natureza em 31 de dezembro de 2018) judiciais de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado de R\$ 95.

	31/12/2018	Ingressos	31/12/2019
<u>Processos judiciais</u>			
Trabalhista	-	95	95

- (ii) **Ação Revisional nº 00818741920118190001**, proposta pela empresa Naturasul em face da Ijuí Energia S.A., na qual a autora requer a revisão do contrato de prestação de serviços. O valor em risco aproximado é de R\$ 4.169 (Não havia valor em risco em 31 de dezembro de 2018);
- (b) **Perda possível:** embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo de 31 de dezembro de 2019 merecem destaques as seguintes demandas:
- (i) **Demandas tributárias:** atualmente existem três processos de natureza tributária (não haviam processos dessa natureza em 31 de dezembro de 2018), de valor em risco aproximado em R\$300, com natureza de risco possível de perda.

(ii) Demandas cíveis: atualmente existem oito (doze em 31 de dezembro de 2018) processos de natureza cível, de valor em risco aproximado em R\$6.556 (R\$ 13.896 em 31 de dezembro de 2018) com natureza de risco possível de perda, valendo mencionar individualmente os seguintes:

Reconvenção nº 10688729020138260100, proposta pela empresa Cotesa em face da Ijuí Energia S.A., na qual a autora requer a cobrança por serviços imprevistos e supervenientes. O valor em risco aproximado é de R\$ 6.478 (R\$ 5.809 em 31 de dezembro de 2018).

(iii) Demandas trabalhistas: atualmente existem dois (não haviam processos dessa natureza em 31 de dezembro de 2018) processos de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado em R\$ 317, com natureza de risco possível de perda, e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

(iv) Demandas arbitrais: não existem demandas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio (o mesmo em 31 de dezembro de 2018).

(v) Demandas ambientais: não existem demandas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio (o mesmo em 31 de dezembro de 2018).

(vi) Demandas regulatórias: atualmente a Companhia é parte em processos de ordem regulatória, valendo mencionar o seguinte:

Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 27834-41.2013.4.01.3400, proposta pela Foz do Rio Claro Energia S.A., Ijuí Energia S.A., Usina Paulista de Energia Lavrinhas S.A. e Usina Paulista de Energia Queluz S.A., por intermédio da Associação de Classe (APINE), contra a União Federal, visando a nulidade da aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. Atualmente as Geradoras são beneficiadas por liminar impedindo a aplicação dos efeitos desta resolução. Em agosto de 2019 o processo foi arquivado com decisão favorável para declarar a inegibilidade do encargo (R\$ 2.760 em 31 de dezembro de 2018).

18 Patrimônio líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 298.936 e está representado por 315.106.452 ações nominativas, sendo 273.064.862 ações ordinárias e 42.041.590 ações preferenciais, sem valor nominal.

31 de dezembro de 2019 e 2018					
		Ordinárias		Preferenciais	
		Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas					
Alupar Investimento S/A	273.064.862	100	-	-	-
Fundo de Investimento - FGTS	-	-	42.041.590	100	-
Total das ações	273.064.862	100	42.041.590	100	-

Reserva de lucros

a. Reserva legal

5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

b. Lucros retidos

Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

c. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	22.203	16.529
Absorção de prejuízo acumulado	-	-
Reserva legal	(1.110)	(827)
Subtotal	21.093	15.702
Dividendo mínimo obrigatório	(5.274)	(3.925)
Reserva de lucros	(15.819)	(11.777)
Saldo de lucros acumulados	-	-

19 Receita operacional líquida

	31/12/2019	31/12/2018
Receita de geração de energia elétrica		
Suprimento de energia	61.367	59.014
Ajuste positivo CCEE	5.227	3.017
	66.594	62.031
Deduções		
PIS - Programa de integração social	(433)	(403)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(1.998)	(1.861)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(593)	(587)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(159)	(131)
	(3.183)	(2.982)
Receita operacional líquida	63.411	59.049

20 Custos e despesas operacionais

Nota	31/12/2019		31/12/2018	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis				
	(2.829)	-	(2.465)	-
	(1.722)	-	(1.700)	-
	(72)	-	(70)	-
	(63)	-	(48)	-
	(4.686)	-	(4.283)	-
Custos gerenciáveis				
	(2.269)	-	(2.230)	-
Energia comprada para revenda - partes relacionadas 22.1	(800)	-	(1.333)	-
Seguros	(2.775)	-	(2.660)	-
Alugueis	(78)	(13)	(67)	(78)
Pessoal	(1.763)	(1.546)	(163)	(1.183)
Honorários da diretoria e conselho de administração	-	(192)	-	(502)
Material	(537)	(11)	(342)	(11)
Serviços de Terceiros	(1.397)	(847)	(1.420)	(896)
Serviços de Terceiros - partes relacionadas 22.1	(1.618)	-	(2.165)	-
Provisão para contingências	(95)	-	-	-
Outros	(9)	33	(657)	77
	(11.341)	(2.576)	(11.037)	(2.593)
Depreciação e Amortização	(11.201)	(110)	(11.183)	(42)
	(11.201)	(110)	(11.183)	(42)
Total	(27.228)	(2.686)	(26.503)	(2.635)

21 Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	2.029	1.841
Outros ganhos financeiros	-	11
Total	2.029	1.852
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(9.674)	(10.913)
Variação monetária	(349)	(840)
Outros	(583)	(967)
Total	(10.606)	(12.720)
Resultado financeiro	(8.577)	(10.868)

22 Partes relacionadas

22.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante			
Fundo de investimento - FI Energia (*)		8.242	-
		8.242	-
Passivo circulante			
Dividendos declarados aos acionistas		5.274	10.683
Compra de Energia Elétrica - Alupar Investimento S.A.	12	-	423
Prestação de serviços - AF Energia S.A.		133	167
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A./AF Energia S.A.		82	-
		5.407	11.273
Passivo não circulante			
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A./AF Energia S.A.		232	-
		232	-
Demonstrações do resultado			
Compra de Energia Elétrica - Alupar Investimento S.A.	20	800	1.168
Compra de Energia Elétrica - Ferreira Gomes Energia S.A.	20	-	165
Prestação de serviços - AF Energia S.A.	20	1.618	2.165
Receita de aplicações financeiras - Fundo de investimento - FI Energia (*)		420	-
		2.838	3.498

A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A. A Alupar Investimento S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

(*) A Caixa Econômica Federal é administradora do FI-FGTS, sendo o FI-FGTS acionista da Companhia.

22.2 Garantias

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2019
11/02/08	Conselho de Administração	Ijuí	Alupar	Financiamento BNDES	Fiança irrestrita	09/04/08	15/09/27	168.200	116.419

22.3 Remuneração da alta administração

Em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária realizada em 29 de abril de 2019, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício social de 2019 no montante de até R\$ 473 (R\$ 635 em 31 de dezembro de 2018), sendo R\$ 415 (R\$ 577 em 31 de dezembro de 2018) referentes à remuneração da Diretoria e R\$ 58 (R\$ 58 em 31 de dezembro de 2018) referentes à remuneração dos membros do Conselho de Administração. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a remuneração foi conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Benefícios de curto prazo (a)	(154)	(457)
Remuneração do conselho	(38)	(45)
Total	(192)	(502)

- (a) Compostos por ordenados, salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

23 Imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/2019		31/12/2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro Antes do IR e CS	24.920	24.920	19.043	19.043
Apuração Lucro Presumido				
Faturamento e Ajuste positivo	66.594	66.594	62.039	62.039
Presunção do lucro - 8% / 12%	5.328	7.991	4.963	7.445
Receita financeira	2.029	2.029	1.845	1.845
Base de cálculo IR e CS	7.357	10.020	6.808	9.290
Aliquota	15%	9%	15%	9%
Aliquota de adicional IRPJ	10%	-	10%	-
	1.814	902	1.677	836
Outros ajustes	1	-	1	-
Total dos tributos correntes	1.815	902	1.678	836
Aliquota efetiva	10,90%		13,20%	

24 Instrumentos financeiros e gestão dos riscos

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

24.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	31/12/2019		31/12/2018		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	27.740	27.740	28.678	28.678	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	8.242	8.242	-	-	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	7.088	7.088	9.363	9.363	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	10.086	10.086	8.792	8.792	-	Custo amortizado
	53.156	53.156	46.833	46.833		
Passivo						
Fornecedores	649	649	1.535	1.535	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	103.439	103.439	116.419	116.419	-	Custo amortizado
Uso do bem público	3.014	3.014	2.681	2.681	-	Custo amortizado
	107.102	107.102	120.635	120.635		

Em 31 de dezembro de 2019, não houveram transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

O valor justo de contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes, fornecedores e uso do bem público como custo amortizado.

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

24.2 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco Hidrológico

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento água nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos. Para

mitigar os efeitos em 07 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ijuí Energia nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 100.

Risco de Descontratação

Atualmente, todos os recursos das hidrelétricas da Companhia estão vendidos para o ACR. A receita de geração estão sujeitas também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Análise de Sensibilidade

Com base no relatório FOCUS de 27 de dezembro de 2019, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2019 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano					
Indexador	Posição em 31/12/2019	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
		2,32%	3,47%	4,63%	5,79%	6,95%	
Aplicações financeiras de liquidez imediata (equivalentes de caixa)	CDI	27.740	642	963	1.284	1.605	1.927
Investimentos de curto prazo	CDI	8.242	191	286	382	477	572
Títulos e Valores mobiliários	CDI	7.088	164	246	328	410	492

		Projeção Despesas Financeiras - Um Ano						
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2019	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
			2,79%	4,18%	5,57%	6,96%	8,36%	
BNDIS	TJLP +	3,17%	103.439	6.251	7.737	9.223	10.709	12.195

25 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições. Os valores investidos em benefícios a empregados somam o valor de R\$ 984 em 31 de dezembro 2019 (R\$ 376 em 31 de dezembro de 2018).

26 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2019.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional	1.573.269	798	18/06/2020
Risco de responsabilidade civil geral	500.000	288	18/06/2020
Seguro de veiculos	100% Tabela Fipe	6	19/06/2020
Total	<u>2.073.269</u>	<u>1.092</u>	

* * *

Patrícia Nalini Savio Ferreira
Contadora - CRC 1SP237063/O-2